




CBME: MAN-2018/01

TRILHAS AUTOGUIADAS E DIVERSIDADE DE OPORTUNIDADES.
Posicionamento da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada

22/10/2018

TRILHAS AUTOGUIADAS E DIVERSIDADE DE OPORTUNIDADES Posicionamento da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada	
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MONTANHISMO E ESCALADA - CBME	
Documento:	CBME: MAN - 2018/01
Responsável:	CBME
Autor:	Presidência da CBME
Data criação:	22.10.2018
Nº da revisão:	Documento original
Data da revisão:	-
Nº de páginas:	02
Entidades filiadas:	Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ), Federação de Montanhismo do Estado de São Paulo (FEMESP), Federação de Montanhismo e Escalada do Estado de Minas Gerais (FEMEMG), Federação de Montanhismo e Escalada do Estado de Santa Catarina (FEMESC), Federação Gaúcha de Montanhismo (FGM) e Federação Paranaense de Montanhismo (FEPAM), e as associações: Associação Capixaba de Escalada (ACE), Associação de Escaladores do Planalto Central (AEP), Associação de Escaladores do Rio Grande do Norte (AERN), Associação Paraibana de Escalada (APE)
Colaboradores:	Presidentes das entidades filiadas
Filiada à:	

A CBME

A Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME) é uma associação sem fins lucrativos estabelecida como entidade nacional de administração do desporto de montanhismo e escalada em todas as suas manifestações que possui caráter desportivo, ambiental e cultural. A CBME é filiada ao Ministério dos Esportes e à União Internacional de Associações de Alpinismo (UIAA, sigla em inglês).

No âmbito esportivo, tem como objetivos a organização, homologação, apoio, promoção, realização de campeonatos de escalada, montanhismo e caminhada, além da regulamentação de cursos de montanhismo e escalada e qualificação de profissionais de escalada e montanhismo. No âmbito ambiental, a CBME visa organizar, incentivar, promover e apoiar ações e atividades de acesso, manejo e proteção de áreas naturais, incluindo ações para promover o acesso e a visitação responsável dessas áreas. Finalmente, no âmbito cultural, a CBME trabalha para organizar, promover e apoiar atividades e eventos culturais que abordem a história e tradições do montanhismo e cultura de montanha.

Criada aos quinze de julho de 2004, a CBME é composta por seis federações estaduais (Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo), três associações estaduais (Espírito Santo, Paraíba, Rio Grande do Norte) e uma associação regional (Planalto Central).



Trilhas autoguiadas e diversidade de oportunidades Posicionamento da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada

As trilhas ditas autoguiadas têm conquistado uma certa notoriedade, seja no planejamento, na implantação ou no discurso de algumas trilhas pelo Brasil afora. Porém esse termo carrega consigo algumas questões que dificultam o planejamento visando a diversidade de oportunidades de visitação em áreas naturais, além de não se alinhar aos [Princípios e Valores do Montanhismo Brasileiro](#) (que foi construído coletivamente e com a participação de vários atores institucionais) e, portanto, deve ser evitado.

O ponto principal é que o conceito de trilhas autoguiadas leva automaticamente ao entendimento de que existem trilhas que não são autoguiadas e isso é um erro conceitual. **Todas as trilhas são autoguiadas na sua essência**, mesmo aquelas sem intervenções de manejo.

O termo autoguiada tem sido atrelado a trilhas que, supostamente, poderiam ser percorridas de maneira autônoma somente porque estariam “preparadas” para a visitação, seja pela presença de sinalização (o sentido mais frequentemente utilizado ultimamente), por ter uma definição do traçado muito clara, a implementação de facilitadores ou outro tipo de intervenção de manejo. Esse entendimento limita as oportunidades de visitação em trilhas.

A diversidade de oportunidades de visitação em trilhas está diretamente conectada às categorias de manejo de trilhas¹, que estabelece classes de oportunidades de acordo com as características da trilha, o perfil dos visitantes, o nível de intervenção de manejo, o meio ambiente e o contexto geográfico local. Um planejamento que valoriza e privilegia a diversidade em trilhas oferece, por exemplo, trilhas sinalizadas ostensivamente, ocasionalmente ou sem nenhum tipo de sinalização e manejo²; os traçados podem ser endurecidos, bem definidos e delimitados ou não ter traçado nenhum definido.

A diversidade de oportunidades em trilhas reforça o entendimento de que os visitantes buscam variadas experiências em uma área natural baseadas na sua experiência prévia, conhecimento, expectativa e motivação e permite a distribuição do tráfego de visitantes pelas áreas naturais, protegendo os recursos e otimizando a experiência da visitação. Ao se utilizar o conceito de trilhas autoguiadas, corre-se o risco de “pasteurizar” as experiências em trilhas somente àquelas previstas para uma visitação com alto grau de controle e intervenção,

¹ As categorias de trilhas propostas pela Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro (Femerj) podem ser encontradas em FEMERJ- MAN 2012-01: MANEJO DA VISITAÇÃO EM ÁREAS NATURAIS - Conceitos para o planejamento, disponível em: <<http://www.femerj.org/wp-content/uploads/FEMERJ-MAN-2012-01-r0.pdf>>. Acessado em: 20/07/2018.

² Veja reflexões sobre Boas Práticas de Sinalização que valorizam a diversidade em FEMERJ: Nº MAN-2018/01: Boas Práticas para Sinalização em Trilhas, disponível em: <<http://www.femerj.org/2018/04/10/femerj-publica-documento-sobre-boas-praticas-de-sinalizacao-em-trilha/>>. Acessado em: 20/07/2018



minimizando oportunidades de solidude e autossuficiência que são importantes para o planejamento e a oferta de oportunidades mais primitivas de visitação e que permeiam a prática secular do montanhismo.

De fato, ao se estabelecer condicionantes de intervenção de manejo para que as trilhas sejam percorridas de maneira autônoma, há uma limitação no que se visitar e como se visitar. Se as trilhas para serem autoguiadas precisam de algum desses aspectos acima, o que acontece com todos os outros milhares de quilômetros de trilhas estabelecidos no Brasil que não possuem, por exemplo, sinalização? Não podem mais ser percorridos, pois “não estão preparados”? Os visitantes devem ter a presença obrigatória de um guia acompanhando para poder percorrer essas trilhas?

Essa última reflexão nos leva a um segundo problema conceitual atrelado a trilhas autoguiadas, que é condicionar a visita somente ao acompanhamento de um condutor ou guia imposto pela gestão da área. Essa obrigatoriedade também leva a um nivelamento da visitação “por baixo”, ignorando a diversidade de interesses, qualificações e motivações existentes dentre os visitantes e limita o potencial de oportunidades numa área. Além disso, segue na direção contrária à Instrução Normativa no. 2, de 3 de maio de 2016 do ICMBio e ao Decreto do ° 42.483 de 27 de maio de 2010 que estabelece diretrizes para o uso público nos parques estaduais administrados pelo Instituto Estadual do Ambiente - Inea (RJ).

O uso do termo “autoguiada” vai também de encontro aos [Princípios e Valores do Montanhismo Brasileiro](#). Dois dos onze princípios elencados, a “autonomia” e a “liberdade”, são valores interconectados inerentes ao montanhismo. A autonomia na escolha dos desafios e aventuras e a liberdade de praticar a atividade sem a supervisão e o acompanhamento obrigatório de guias, monitores, condutores ou outros profissionais são essenciais para a prática do montanhismo como vem sendo cunhado há mais de cem anos no Brasil. O montanhismo como fenômeno social amplo envolve as possibilidades de descobertas, o explorar, o ir aonde não se foi, e a adoção do termo e do conceito de trilhas autoguiadas tem o potencial de estimular a perda, a longo prazo, de expertise de quem o pratica.

É necessário, portanto, observar as trilhas e seu manejo com uma visão mais ampla sobre as experiências oferecidas, que ocorrem a partir de uma série de atributos interconectados e relacionados entre si que consideram aspectos sociais (número de pessoas encontradas, oportunidades de solidude), ambientais (nível de conservação, naturalidade) gerencial (nível de intervenção de manejo, regramento) e de significados (conexão emocional com as áreas, sentido histórico e cultural de uma trilha). É essencial também ajustar o discurso para refletir conceitos alinhados com as melhores práticas internacionais de gestão da visitação em áreas naturais: a diversidade de oportunidades de recreação. Por fim, é essencial valorizar as iniciativas, os princípios, os valores e a ética do montanhismo no Brasil.